



INFORME DA SITUAÇÃO DOS MUNICIPAIS NO BRASIL REUNIÃO DA CONTRAM-ISP – SÃO PAULO, BRASIL, 03/07/2017.

O Brasil continua mergulhado em uma grave crise institucional e política, aprofundada pelas recentes denúncias dos empresários da JBS, de envolvimento em esquemas de corrupção do presidente ilegítimo Michel Temer e de outros políticos ligados às forças que deram o golpe contra Dilma. As crises política e institucional alimentam a continuidade da crise econômica e a deterioração social. A “solução” difundida pelo governo com o apoio da mídia é de que, diante deste quadro, as reformas seriam necessárias, tentando ganhar apoio da sociedade ao maior ataque aos direitos da classe trabalhadora que se viu no país.

Vários partidos de sua base de apoio saíram do governo e foram protocolados mais de vinte pedidos de impeachment. Nas ruas cresce a pressão popular pela saída de Temer, por Eleições Diretas Já e pela retirada das reformas trabalhista e da previdência da pauta do congresso.

Entre março e abril o movimento sindical e demais movimentos sociais, protagonizaram grandes manifestações que culminaram no dia 28 de abril na maior greve geral realizada no país, articulada pela CUT e demais centrais sindicais. A greve envolveu mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores econômicos. Como parte do processo de mobilização, nas manifestações do dia 8 de Março e no Dia Nacional de Paralisação, realizado em 15 de março, milhares de pessoas foram às ruas por eleições diretas, contra as reformas e em defesa da democracia.

As ações de resistência ao golpe e aos ataques aos direitos da classe trabalhadora têm sido marcadas por intensa repressão. A Marcha a Brasília, realizada em 24 de maio pelas centrais sindicais e movimentos sociais, com a participação de mais de 200 mil pessoas, foi covardemente reprimida pela polícia militar e pelas Forças Armadas, impedindo que os manifestantes se aproximassem do congresso nacional.

Foram usadas bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, além do uso de armas letais, da cavalaria e de helicópteros para dispersar os manifestantes, ação típica do estado de exceção vivido pelo país, de cerceamento da liberdade e do direito legítimo de protestar e resistir ao mais pesado ataque aos direitos sociais e trabalhistas no país.

A pressão popular tem logrado resultados positivos, desestabilizando a base do governo e a falsa noção de consenso social em torno das reformas, veiculada pela mídia conservadora. Por outro lado, apesar de dividida politicamente, as forças conservadoras continuam unidas e fieis ao projeto dos empresários que patrocinaram o golpe de desconstrução da proteção social e de instituição de um novo marco regulatório para as relações de trabalho, que regulamenta a precarização, suprimindo direitos historicamente conquistados.

Com maioria na Câmara e no Senado Federal, os empresários conseguiram aprovar uma lei de regulamentação da terceirização, tendo por base um projeto de lei que tramitava desde 1998, sob forte resistência da CUT ao longo de todos estes anos e que havia sido retirado pauta do congresso por Lula, em 2003. No contexto pós golpe, o projeto foi retomado e ganhou força para aprovação da ampliação irrestrita da terceirização para todos os segmentos produtivos, destruindo a única salvaguarda legal que a impedia nas atividades-fim, uma súmula que respaldava em alguma medida as decisões judiciais sobre os direitos dos trabalhadores.

Voltada exclusivamente para atender os interesses do capital, a proposta de reforma trabalhista (PL 6787/16) reestabelece padrões de relações do trabalho do século XIX. Dentre outros pontos, estabelece a negociação direta entre patrões e empregado e a prevalência do negociado sobre o legislado; retira a obrigatoriedade da assistência sindical no pagamento das verbas rescisórias; equipara a dispensa coletiva à dispensa individual, desobrigando qualquer negociação com o sindicato; veda a participação do sindicato na eleição de representantes no local de trabalho; cria o trabalho intermitente, no qual o trabalhador só recebe pelas horas efetivamente trabalhadas; substitui o pagamento de horas extras por banco horas; reduz o horário de almoço.

Outro absurdo da reforma é a definição das condições de insalubridade pelo empregador, inclusive no tocante à decisão sobre a exposição à riscos de gestantes e lactantes.

Vale dizer que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), oriunda do setor privado, é a principal referência para os direitos no setor público, inclusive no que diz respeito à proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e às ações de reparação de danos por parte da previdência social. A reforma destrói o Direito do Trabalho, estabelecendo um “salve-se quem puder”, tanto no setor privado, como no setor público.

A proposta de reforma trabalhista foi rejeitada em apenas uma das comissões do congresso e segue tramitando nas demais comissões, inclusive da Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece a sua legalidade, estando pronta para ser votada na plenária da Câmara dos Deputados.

A reforma da Previdência Social também atingirá indistintamente os setores público e privado. O texto original da reforma estabelece a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, desconsiderando o maior desgaste das mulheres pela dupla jornada e a entrada precoce da população pobre no mercado de trabalho; amplia o tempo de contribuição de 25 para 49 anos; altera o cálculo dos benefícios, reduzindo o seu valor; modifica os critérios para o recebimento

de pensões por morte; estabelece a obrigatoriedade de contribuição para trabalhadores rurais; retira a aposentadoria especial, dentre outros pontos.

A reforma prevê ainda o aumento progressivo de 60 para 70 anos de idade para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), aumentando a vulnerabilidade da população idosa, além de desvincular os benefícios assistenciais do salário mínimo, pagos também a pessoas com deficiência sem condições de sustentar-se.

Em um país profundamente desigual como Brasil, a Previdência Social tem um papel destacado na redistribuição de renda, tanto por meio das aposentadorias e pensões, como no financiamento de benefícios não contributivos pagos pela Assistência Social, como é o caso do BPC. Se aprovada, a reforma aprofundará os níveis de pobreza e vulnerabilidade de um amplo contingente da população, sob o risco de o país voltar a integrar o Mapa da Fome.

Cabe observar que desde a sua criação em 1988, o sistema de seguridade social brasileiro que é composto pela Saúde e Assistência Social, de base não contributiva, e pela Previdência Social, de base contributiva, sofre dificuldades de financiamento. Embora a Constituição Federal preveja várias fontes de financiamento para compor sua receita, os tributos não são contabilizados pelo governo. Isoladamente a previdência social é superavitária.

A situação assume contornos ainda maiores em razão do engessamento por 20 anos do orçamento público, que vai atingir de maneira nefasta as políticas sociais e, por conseguinte, a classe trabalhadora, principalmente a população mais pobre.

Reflexo das medidas nacionais, vários municípios já vêm adotando medidas de austeridade, reduzindo direitos trabalhistas e previdenciários. Também estão reproduzindo uma pesada repressão às mobilizações dos trabalhadores.

Recentemente, em Curitiba, capital do Paraná, no sul do Brasil, os trabalhadores e trabalhadoras municipais entraram em greve e ocuparam a Câmara Municipal contra um pacote de medidas apresentado pelo prefeito Rafael Greca, que prevê o congelamento do plano de carreira e mudanças sistema previdenciário municipal, medidas que devem afetar mais de 30 mil trabalhadores e 16 mil aposentados e pensionistas. As manifestações foram duramente reprimidas pela polícia militar e, apesar de toda a luta, as medidas foram aprovadas.

Também no sul do país, no início do ano, em Florianópolis, capital do Paraná, os trabalhadores e trabalhadoras municipais ficaram 38 dias em greve, parte deles acampados em frente à prefeitura. A greve teve a adesão de 90% dos trabalhadores e, a despeito dos ataques da mídia, do judiciário e dos gestores, contou com o apoio da população, envolvida no movimento por meio de reuniões e atos nas comunidades. A luta foi intensa e vitoriosa, pois conseguiu reverter a retirada de direitos proposta pelo governo.

Outras greves e manifestações de municipais têm sido feitas em várias cidades do país. Além dos retrocessos nas políticas públicas, o cenário para as relações de trabalho no setor público municipal não é nada animador.

O país passa por uma grave crise econômica e seus impactos são sentidos também nas finanças dos municípios, em razão da queda da arrecadação (IPTU – Imposto Territorial Urbano e ISS – Imposto sobre Serviços, que são os principais tributos) e da diminuição das transferências de recursos da União.

Dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que congrega gestores municipais de todo o país, indicam que em 2015 42,6% dos 5.568 municípios não conseguiram pagar todas as suas despesas e em 2016, 60% das prefeituras terminariam no vermelho. Para os municípios que dependem quase exclusivamente das transferências federais, isto é, aqueles com economias mais frágeis e baixa arrecadação fiscal, estão em situação ainda pior.

Em que pese a queda na arrecadação ser real, os trabalhadores não podem pagar uma crise, cujas raízes se relacionam também com falhas no sistema tributário e fiscal, que se mantêm intocados à serviço do capital e dos mais ricos. A crise tem servido de pretexto para reduzir direitos dos trabalhadores e trabalhadoras públicos e para aprofundar os programas de privatização e de terceirização, favorecidos pelo crescimento dos governos de direita nas últimas eleições em várias cidades do país.

Em São Paulo, maior cidade do país, o governo está colocando em prática um programa robusto de privatização, compreendendo bibliotecas, parques públicos, o Autódromo de Interlagos, o Mercado Municipal, os terminais de ônibus, o sistema de pagamento dos bilhetes do transporte público, a iluminação pública e até os cemitérios. A cidade foi colocada à venda pelo prefeito, por meio de um programa apresentado em Dubai para investidores estrangeiros.

Também aprofundará a terceirização de áreas essenciais das políticas públicas, como creches e serviços públicos de saúde, já extensamente terceirizadas e está colocando na agenda a revisão do sistema de previdência do município e a revisão de planos de carreira, na perspectiva de retirar direitos. A campanha salarial deste ano foi marcada por ameaças aos trabalhadores, pela morosidade e resistência às negociações e pelo vergonhoso reajuste de 0,01%.

A cidade está vivendo um grave retrocesso nas políticas sociais, com a volta de práticas higienistas de expulsão e violência contra a população pobre e excluída da região central, o fechamento de unidades de saúde e a redução de vários programas sociais.

Os desafios são tão gigantescos quanto à capacidade de luta dos trabalhadores e trabalhadoras. O apoio político e institucional da ISP tem sido importantíssimo em várias frentes, em especial no tocante ao enfrentamento das privatizações, no tema da justiça fiscal e na organização dos trabalhadores municipais. A criação da Rede Global de Sindicatos

Municipais coloca-se cada vez mais como estratégica em âmbito nacional, regional e mundial para enfrentar a complexa realidade colocada hoje para a classe trabalhadora.

Os Municipais do Brasil reiteram a importância desta iniciativa, bem como do fortalecimento da CONTRAM-ISP

São Paulo, 03 de julho de 2017